

O NEGRO ESCRAVO EM SERGIPE, UMA INTRODUÇÃO AO SEU ESTUDO

Ariosvaldo Figueiredo

O Brasil, antes de ser conhecido, já tinha dono. É a consequência do Tratado de Tordesilhas, celebrado sob as bênçãos do Papa Alexandre VI, entre Portugal e Espanha e aprovado, depois, pelo Papa Júlio II. Portugal e Espanha dividiam o mundo, ficando o Brasil sob o domínio e proteção da coroa portuguesa. Na terra "mui hermosa" de Pero Vaz de Caminha, "feitoria colonial", irá tremular a bandeira do mercantilismo vitorioso.

O expansionismo burguês de Napoleão levou Junot a ocupar Portugal forçando a vinda de D. João VI para o Brasil. Havia no país ibérico, "uma Corte corrupta, envilecida na exploração colonial". E Tobias Monteiro adianta: "Um dos espetáculos mais tristes da invasão de Portugal, foi a pusilanimidade da nobreza e a sua enternecida submissão ao invasor."

A corte portuguesa, no Brasil, permaneceu fiel a seus antigos e inidôneos valores. Ao tempo de D. João VI, — observa Oliveira Lima —, "a honestidade não era traço característico da sociedade brasileira". Saint Hilaire escreve: "Os exemplos de relaxamento de costumes dados pela Corte de Portugal durante a sua permanência no Rio de Janeiro, e a venalidade que introduziu por toda a parte, concorreram ainda para a corrupção geral". Diz Nelson Werneck Sodré: "Uma das formas usuais de corrupção estava nos títulos". D. João VI, pródigo, fazia um mundo de marqueses, barões, viscondes, condes a cortejá-lo, que "na maioria não sabiam assinar o nome:" Para o Conde de Linhares, a "récua de vasalos em torno de D. João VI" não passa de "uma cambada de exploradores".

Instala-se o Império, alicerçado no trabalho escravo. D. Pedro I iria percorrer a mesma caminhada de D. João VI, ampliando, sob o respaldo da aristocracia rural, os poderes indispensáveis à manutenção do "status quo". Eles lutavam — dirá João Ribeiro — pelo constitucionalismo, o império e a centralização. Costa Carvalho, ligado ao trono, inventa a célebre fórmula: "Só é brasileiro aquele que é constitucional".¹

Pedro I, ao tempo em que vivia seu liberalismo afetivo, mundano, doméstico, reagia, contraditório, a qualquer anseio de mudança e renovação da sociedade brasileira. Assim procedeu contra o liberalismo emergente dos constituintes de 1823, que, repudiavam a prepotência do Poder Moderador, o aumento do poder do Senado vitalício, o acúmulo pelo Imperador das coroas do Brasil e Portugal e a distribuição política e administrativa do País. Coube, também, à Assembléia de 1823, criar a justiça popular dos juízes de paz, "barreiras às arbitrariedades dos presidentes de províncias, despóticos e mandões"² e dar justos limites ao direito de propriedade.

No contexto de um Brasil submisso ao colonialismo bragantino há a dissolução, em 12/11/1823, por Pedro I, da Constituinte tida como "assembléia incendiária", na qual os deputados, na afirmação do Imperador, "se dispunham a uma reação contra o trono". É o golpe de Estado de 12 de novembro de 1823 — diz Mello Moraes.³ Pedro I era injusto até com Maciel da Costa, Marquês de Queluz, aceitando sem protesto, embora Presidente da Constituinte, a dissolução imposta. Dócil, abúlico, o Marquês de Queluz chega a dizer, no Senado, "que o regime constitucional não era próprio para países onde as comunicações eram difíceis".

Dissolvida a Assembléia de 1823, dissolução imposta pelas mistificações do lusitanismo teorizado, como filosofia política, pelas conveniências da Casa de Bragança, D. Pedro I promulga, a 25/3/1824, a Constituição do Império, a primeira do Brasil. Ela não nascia do poder constituinte, brotava dos interesses monárquicos e rurais constituídos. Daí a campanha contra as lideranças políticas de 1823, campanha que levaria Manoel Bonfim a reagir: "De tudo que se tem repetido em detrimento dos constituintes de 1823, é não-somente mentira, mas crime expresso contra o Brasil".⁴

Promulgada a Constituição, cuidar-se-ia da instalação e eleição da Câmara dos Deputados e do Senado, os deputados eleitos por prazo certo, os senadores com mandato vitalício. A eleição dos deputados e senadores à Assembléia Geral e aos Conselhos Gerais das Províncias, indireta. "A eleição direta — diz em 23/1/1875 o *Jornal do Aracaju* transcrevendo *A Nação*, do Rio de Janeiro — nenhum partido a quer. O primeiro dos seus efeitos é dar injusta influência às sumidades contra a massa geral dos votantes" (Conselheiro Zacharias), ela "é a representação da burguesia excluindo todo o povo de eleger. Foi obra sua a Revolução Francesa de 1848" (Conselheiro Nabuco). Está estruturado o poder para conduzir o regime, surdo aos gemidos da população empobrecida, escravizada.

Processa-se na Colônia, sob o comando de Portugal, a ocupação econômica do litoral nordestino, o açúcar, "o principal nervo e substância da riqueza da terra" (Brandônio), "Ao longo do litoral floresceram os canaviais e se multiplicaram os engenhos. Pelos fins do século XVI, Pernambuco e Bahia já sobressaíam no mercado mundial como os maiores produtores de açúcar".⁵

Não se cogitava da penetração do interior, pois a empresa colonial fora instalada para atender ao mercado europeu. O Brasil, "unidade comercial de exportação" (Alberto Torres) integrava-se no comércio internacional conduzido e manipulado pela Europa. O açúcar se destacava no valor global da exportação brasileira. Já em 1650, para uma "exportação total de 4.000.000 de libras esterlinas ou 7.804.000\$000, o açúcar contribuía com 3.875.000 de libras, ou, em moeda nacional 7.754:375\$000. ⁶ "De 1.500 a 1.822, do descobrimento à independência, o Brasil exportou mercadorias num total de 536 milhões de libras esterlinas, dos quais 300 milhões, ou seja, mais da metade, correspondem ao açúcar". ⁷

O açúcar, fundado na grande propriedade, era a empresa colonial por excelência, forma do Brasil produzir excedentes para o mercado europeu. "Completam-se, assim, os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo" (Caio Prado Júnior). O senhor de engenho, a figura central da sociedade da época. "O ser senhor de engenho é título, a que muitos aspiram, porque traz consigo, o ser servido, obedecido e respeitado de muitos" (Antonil). "E senhoriagem de conteúdo nobiliárquico". Ele gozava de todos os privilégios. Pedro Calmon faz referência à Provisão de 1612, que determinava que "os lavradores e proprietários de engenhos não fossem executados". "Em 23/12/1663, um alvará veio proibir que engenhos fossem arrematados por dívidas de seus donos. Em 1683, outra ordem proibia aos credores arrematar engenhos, concedendo-lhes apenas direito de cobrança sobre as safras". ⁸ Pedro Calmon adianta: "A desordem da oferta e os imprudentes gastos dos senhores seriam razões de atrofia e mesmo extinção de muitos engenhos se não os socorresse a justiça, acautelando-os contra os credores". ⁹ O senhor de engenho era a terra, o escravo e o poder.

O escravo, a base da economia do tempo. Durante 300 anos, produziu a exportação brasileira. O tráfico de escravos, embora "bárbaro e carniceiro" (José Bonifácio de Andrada e Silva), atendia às necessidades da Colônia e proporcionava lucros à Coroa portuguesa. No comércio da África para o Brasil, Portugal cobra 4\$000 por escravo exportado. Depois, a Metrópole assume o comércio de escravos, comprando-os e revendendo-os na Colônia. Portugal não abre mão, em nenhum momento desta fonte de renda. Elê, aliás, não faz negócio original. O tráfico de escravos empolga, também, França, Inglaterra, Espanha, Itália, Holanda e Estados Unidos. Coube, apenas, ao Império português, ganhar dinheiro negociando e tributando escravos nesta parte da América. Isso não criava nenhum drama de consciência para Portugal. O Império, embora católico; apoiava-se em Tomás de Aquino que justificava a servidão, repetindo Platão e Aristóteles para quem "os homens são, por natureza, uns senhores e outros escravos".

O escravo era coisa (rês), não era gente, não era nada. Não era brasileiro. Não era cidadão. Era, a princípio, "as mãos e os pés do senhor de engenho" e, depois, de todos os fazendeiros e proprietários. Sustentava a economia nacional, dominada, até 1850, pela agricultura e o comércio, os estrangeiros e donos e controladores da exportação. O Brasil produzia e o estrangeiro ganhava dinheiro. Lucros nascidos, basicamente, da mão-de-obra escrava, o escravo trabalhando, diariamente, até às 17 horas, inclusive aos domingos e feriados.

"Os fazendeiros tão acostumados estavam ao serviço escravo de, pelo menos, 14 horas diárias, que chamavam de preguiçosos os libertos que não queriam trabalhar mais de 6 a 7 horas" (Affonso Taunay).

Possuir escravos significava lucro e *status*, mesmo custando, depois, como ocorreu, o endividamento de muitos dos seus donos. Dizia Eusébio de Queirós, citado por Nelson Werneck Sodré, que "nossos agricultores só tratavam da aquisição de novos braços, comprando-os a crédito, a pagamento de três a quatro anos, vencendo no intervalo juros mordentes. Os escravos morriam, mas as dívidas ficavam, e com elas os terrenos hipotecados aos especuladores. Assim, a nossa propriedade territorial ia passando das mãos dos agricultores para a dos especuladores e traficantes".¹⁰

"O senhor de engenho estava submetido a uma irremediável contradição: se não comprasse escravos ao traficante, este a seu turno não lhe compraria o açúcar".¹¹ Em Sergipe, pobre e feia imagem do Brasil, a grandeza econômica convive, contraditoriamente, com a miséria social.

A história de Sergipe começa com a assinatura, a 26 de agosto de 1534, por D. João III, da Carta-Foral doando a Francisco Pereira Coutinho, a "capitania e governança de cincoenta léguas de terras na minha costa do Brasil". Desembarcando em 1536 na área não demarcada, se bem que habitada, desde 1510, com jeito de dono e senhor, por Diogo Álvares Correia, Francisco Pereira Coutinho aí instalou a que Ivo do Prado chamaria de "donatária arbitrária". Falecendo a 1547 sem beneficiar o quinhão de terra generosamente recebido, seu filho Manoel Pereira Coutinho permaneceu em Lisboa mantendo até 1576 seus direitos sobre a herança.

Luís de Brito e Almeida, substituto de Men de Sá, inspirado ou não por Garcia d'Ávila, proprietário nos fins do século XVI de campos de criação e de tanto gado que não lhe sabe o número, iniciava a invasão de Sergipe. Objetivava, como diz Varnhagem, a conquista das terras do Rio Real e das do litoral norte da Bahia. Coube-lhe a iniciativa de enviar jesuítas a Sergipe, o que não impediu de molhar a terra sergipana com o sangue generoso do indígena inocente. A caça ao índio era uma das marcas trágicas do violento período de Luís Brito e Almeida substituído, logo depois, por Lourenço da Veiga que, disse Anchieta, favoreceu "a cristandade no que pôde". Com a morte de Manoel Teles Barreto, sucessor de Lourenço da Veiga, surge Cristovão de Barros, a quem Felipe II da Espanha, I de Portugal dizia, em carta, considerar, "justa e futura a conquista da região de Sergipe Del Rei".

Conquistar-se-ia a 1589, com Cristovão de Barros, o território antes doado a Francisco Pereira Coutinho. A conquista de Cristovão de Barros suplantara a ferocidade colonialista de Luís de Brito e Almeida.

Frei Vicente de Salvador calcula em 5.600 os índios mortos e capturados durante a opressão do cristão e fidalgo português que, segundo cronistas, saiu da Bahia para a conquista da terra sergipana destinada, igualmente, à exaltação da "nossa santa fé católica". Instalada a Capitania a que ele próprio dera o nome de Sergipe del-Rei, Cristovão de Barros funda a cidade de São Cristovão, sua capital.

Sergipe significa currais de gado, meio de subsistência, campo de criação complementar da lavoura canavieira da Bahia. Afirma Almeida Prado que a penetração do gado em Sergipe foi, para o Norte do Brasil, o mesmo que o Paraguai para a Bacia do Prata. ¹²

Possuído na sua maior parte pelo latifundiário Garcia d'Ávila, Sergipe conheceu mais tarde a presença do holandês a disputar a região, a partir de 1637, e durante oito anos, com o colonizador lusitano. A Capitania foi "grande fornecedora de carne para alimentação das tropas e dos habitantes do Brasil holandês. ¹³

Transferiram-se, também, para Sergipe os conflitos entre a Holanda e Portugal, cujas contradições estimulavam a violência e o derramamento de sangue dos cristãos desavindos.

Sergipe nasce à sombra dos currais. De Estância, no Sul, ao rio São Francisco, no Norte, o gado abre estradas por onde se processa o povoamento. Sergipe, então, era parte da Bahia. Alvará de 23/9/1709 dá nova difusão à Bahia, surgindo cinco Comarcas: Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Jacobina e Sergipe.

O atraso mental e moral da capitania leva Sergipe a ficar contra o movimento revolucionário de Pernambuco, de 1847. "Seus iniciadores e propagandistas não encontraram apoio nem adesão nos habitantes de Sergipe. Os habitantes de Sergipe fizeram causa comum com os habitantes de Penedo, na reação que levantaram contra a vitória dos revolucionários republicanos". ¹⁴ Conquistando, assim, a simpatia do soberano, esse, como reconhecimento e gratidão, elevou Sergipe, por Decreto de 8/7/1820, à categoria de capitania independente. Frustrado, em 1821, o decreto emancipatório de D. João VI, Sergipe, finalmente, em 24/10/1824, passa a ser, definitivamente, uma das Províncias do Império. Província de boas pastagens e bom gado. De muitos índios e negros.

É o apogeu da cana-de-açúcar. Monta-se em torno dela a economia da Província, economia litorânea, colonial, escravista, movimentando as suas barras difíceis mas procuradas. A Barra da Cotinguiba, "a porta de todos os interesses e riquezas da Província" já movimentada, no período 1840/1850, cerca de 90,8% do açúcar então produzido. ¹⁵ Só de novembro a maio de 1840/1841 entraram, na Barra de Cotinguiba, 151 navios e saíram 170. ¹⁶

Sergipe vivia do açúcar, mas a Província, por força do contrabando e de consciente e interesseira negligência fazendária, não se beneficiava, proporcionalmente, de significativa arrecadação de importação e exportação, que era "uma das mais irregulares do Império". Maria da Glória Santana de Almeida cita a fala, em 1843, do Ministro da Fazenda Joaquim Francisco Viana: "Se exporta 20 e tantas mil caixas de assucar, parte dellas hé verdade que vão para outras províncias mais allí há hoje casas inglezas estabelecidas que exportão diretamente muito assucar para a Europa e todavia não sei se a provincia rende 30 ou 40 contos, quando eu estou persuadido de que podia exceder a sua renda muito mais de 100 contos todas às vezes que se faça a fiscalização com a devida exatidão. . .". ¹⁷

As barras da Província, segundo relatório de 2/7/1856, do Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides, escoam os seguintes valores: Barra da Cotinguiba (Capital da Província) 1.754:282\$629, Barra do Rio Real 556:211\$860,

barra do São Francisco 148.904\$930 e barra do Vasa-Barris 131.141\$746. Relatório do Presidente Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, em 24/2/1864, registra: barra da Cotinguiba 2.570.076\$197, barra do Rio Real 881.749\$477, barra do São Francisco 338.989\$237 e barra do Vasa-Barris 194.127\$420. Açúcar, aguardente (cachaça) e algodão lideram a exportação. Os maiores importadores são Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul e, no exterior, Portugal, Dinamarca, Argentina e África.

A economia da Província, em termos de exportação e produção de açúcar e algodão apresenta-se, em diferentes períodos, conforme o quadro ao lado:

Sergipe depende da exportação. A Província exporta para dentro e para fora do Império. Em certos períodos predominou a exportação para o mercado nacional, depois o mercado internacional passou a comandar a importação dos produtos sergipanos. Sergipe exportou, no exercício de 1872/73, para fora do Império, 2.038.911\$516, para dentro 3.348.086\$847. A exportação em 1877/78, para fora do Império 2.330.482\$014 e para dentro 2.491.446\$135. No período 1880/81, para fora do Império, 4.772.454\$421 e para dentro 2.310.747\$442. Em 1887/88 a exportação para fora, 2.785.719\$806 e para dentro do Império, 1.493.326\$786. Os maiores mercados importadores nacionais, no exercício 1887/88: Rio de Janeiro (726.431\$106), Pernambuco (322.852\$230) e Bahia (266.884\$812). Destacam-se, no exterior: Estados Unidos (1.261.832\$230), Inglaterra (531.549\$715) e Portugal (65.591\$330). Nessa política da dependência, a queda de preços nos mercados compradores leva dificuldade à Província e a economia entra em pânico. Foi o que aconteceu em mais de uma oportunidade.

O açúcar e o escravo são a grande propriedade. Sergipe era uma "rica província ainda desconhecida na maior parte do Império, seus gêneros remetidos para o mercado da Bahia, onde figuravam como produção dessa província".¹⁸ O escravo sustenta sua economia, peça igual ou mais importante do que nas províncias vizinhas.

Clodomir Silva, no *Album de Sergipe - 1820/1920* fala da existência, em 1802, de 19.893 pretos, 13.217 brancos e 1.614 índios, números levantados também por Felisbello Freire, que acrescentava 20.849 pardos.¹⁹ O mesmo Felisbello Freire informa que os municípios mais populosos eram, então, Santo Amaro (8.128 habitantes), Santa Luzia (6.758), Itabaiana (6.386), Pé do Banco (Siriri - 5.255), Lagarto (5.219), Vila Nova (4.315), Propriá (3.841), Campos (Tobias Barreto - 2.437), etc.

D. Marcos Antônio de Souza registrava, em 1808, 20.500 escravos, 30 mil mestiços, 20 mil brancos e 1.500 índios.²⁰ E em 1823 a população sergipana, segundo citação de José Honório Rodrigues, é de 120.000 habitantes, 88.000 livres e 32.000 escravos, a população escrava superando, no mesmo ano, a do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.²¹

Manoel Diniz Vilas Boas, encarregado de organizar o mapa estatístico da população livre e escrava, conclui trabalho encaminhado em 9/9/1854 ao Presidente Inácio Joaquim Barbosa. Ele constata, na Província, 132.640 habitantes (66.561 homens e 66.079 mulheres), 100.192 livres e 32.448 escravos, excluí-

ANOS	Exportação Valor oficial	Produção de Açúcar Valor oficial	Produção de Algodão Valor oficial
1855/56	—	3.158:147\$741	—
1856/57	—	4.774:521\$847	—
1858/59	—	3.612:935\$065	—
1859/60	—	1.696:629\$026	—
1860/61	—	1.281:996\$668	—
1861/62	—	3.653:254\$587	—
1862/63	—	3.677:775\$667	—
1863/64	—	2.673:671\$697	—
1865/66	—	3.147:891\$691	—
1866/67	5.879:188\$089	2.134:731\$190	2.511:371\$131
1867/68	6.160:208\$316	2.865:771\$347	3.068:186\$114
1868/69	7.101:421\$080	4.224:512\$682	2.650:967\$335
1869/70	4.838:524\$890	2.318:034\$438	2.250:341\$929
1870/71	4.650:302\$665	2.092:879\$293	2.497:797\$005
1871/72	6.882:825\$193	3.661:236\$434	3.033:719\$667
1872/73	5.386:998\$363	3.313:603\$943	1.217:377\$974

Fontes: Felisbello Freire - *História de Sergipe*, pp. 58 e 59. Relatório de Presidente da Província.

dos alguns municípios. Não foram computados: Enforcados (Nossa Senhora das Dores), Pacatuba e Campo de Brito, somando, à época, "2 mil almas, número de eleitores que eles deram na última eleição". Aracaju ainda não era a Capital do Estado.

O mapa estatístico de Manoel Diniz Vilas Boas distribuía a população livre e escrava pelas diferentes vilas e cidades, cujos nomes, na maioria, são os mesmos dos atuais municípios.

As dez cidades sergipanas mais populosas em 1854 (Laranjeiras, Propriá, Estância, Itabaiana, Capela, Lagarto, Itaporanga, São Cristóvão, Porto da Folha e Itabaiantina) não eram, necessariamente, as que possuíam maior população escrava. Porém, a região açucareira, especialmente Laranjeiras, Estância, Capela, Socorro, Itaporanga, Divina Pastora, Santo Amaro e Santa Luzia, com destaque para Japarutuba, onde havia mais escravos (890) do que pessoas livres (667), liderava o contingente de escravos.

Observe-se que municípios voltados hoje para a pecuária e a policultura, possuíam em 1881 grande quantidade de engenhos: Espírito Santo (Indiaroba) 58, Lagarto 41, Neópolis 25, Simão Dias 22, Riachão 16, Itabaiana 13, etc. O registro consta de Relatório do Engenheiro Francisco Pimenta Bueno ao proceder a estudo sobre a construção de uma ferrovia entre Aracaju e Simão Dias.

NOME	População Total	População Escrava	População Livre
Laranjeiras	9.105	3.321	5.784
Estância	8.243	2.140	6.103
Capela	6.761	2.060	4.701
Socorro	4.880	1.675	3.205
Itaporanga	6.016	1.580	4.437
Itabaiana	7.879	1.560	6.319
Divina Pastora	3.256	1.490	1.766
Santo Amaro	4.812	1.440	3.372
Santa Luzia	4.755	1.400	3.355
Lagarto	6.520	1.375	5.145
São Cristóvão	5.969	1.305	4.664
Maruim	4.149	1.265	2.884
Riachão	5.148	1.237	3.911
Santa Rosa	3.419	1.177	2.242
Rosário	2.928	1.154	1.774
Pé do Banco (atual Siriri)	3.493	1.145	2.348
Propriá	8.518	1.016	7.502
Itabaianinha	5.638	976	4.662
Simão Dias	6.174	932	5.242
Japatuba	1.557	890	667
Porto da Folha	5.835	769	5.141
Brejo Grande	1.835	556	1.279
Campos (atual Tobias Barreto)	3.898	546	3.352
Lagoa Vermelha (atual Boquim)	1.898	443	1.455
Vila Nova (atual Neópolis)	3.676	351	3.325
Espírito Santo (atual Indiaroba)	1.875	289	1.586
Chapada (atual Cristianópolis)	3.529	254	3.275
Geru	797	102	695

Sergipe, então, não possuía nenhuma ferrovia, embora sua produção fosse, no dizer em 1/2/1881 do jornal *O Agricultor Sergipano*, "maior do que a do Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina e Paraná".

O Censo Demográfico de 1872, o primeiro do Brasil, aponta a população total de 234.643 habitantes (85.579 homens e 90.664 mulheres), sendo 49.778 brancos (21,21%), 126.465 pretos e pardos (53,90%) e 58.400 de cor não declarada (24,89%). Destaca-se, assim, a alta mestiçagem da população da Província. Lideram, pela ordem, a população sergipana: Propriá (16.918), Laranjeiras (16.303), Lagarto (91.172), Estância (8.545), Itabaianinha (8.493), Simão Dias (7.985), Porto da Folha (7.454), Riachão (6.444), Vila Nova (Neópolis – 4.855), Espírito Santo (Indiaroba – 5.823), etc.

Não deve causar espécie a diferença entre os 234.643 habitantes da Província registrados oficialmente pelo Censo de 1872 e os 151.120 habitantes levantados, no mesmo ano, pelas autoridades locais. É que, no último caso, não foi recenseada, nem tampouco estimada, a população de algumas cidades e vilas. Ressalta, de qualquer forma, que, em 1872, pretos e pardos superavam, grandemente, a população branca, embora, nesta altura, a maioria da população fosse livre.

Relatório do Presidente Cypriano de Almeida Sebrão, citado pelo *Jornal de Aracaju*, de 15/3/1873 faz referência a 31.969 escravos matriculados nas diversas estações da Fazenda Geral desde 19 de abril até 31/12/1872, em virtude da Lei nº 2.040 (Ventre Livre). Em 1874, a Província possuía 33.064 cativos (Diretoria da Estatística, Rio de Janeiro, 1875 e Relatório do Ministério da Agricultura, 10/5/1883). A população total da Província, em 1874, era a menor do Nordeste, porém a população escrava representava 19,1%, índice ou taxa superior à dos demais Estados nordestinos. Sergipe é seguido pela Bahia (12,8%), Pernambuco (12,4%), Piauí (11,6%), Alagoas (10,3%), Paraíba (7,0%), Rio Grande do Norte (5,5%) e Ceará (4,4%). A população escrava, no mesmo ano, era jovem. Dos 33.064 escravos registrados, só 3.012 ou 9,1% do total, tinham 51 anos e mais.

Em 1884 cai, em todo o País, a população escrava, Sergipe possuindo, nesta altura, 25.874 escravos (12.469 homens e 13.405 mulheres) conforme Relatório do Presidente Luís Caetano Muniz Barreto. Relatório do Presidente Manoel de Araújo Góes acusa, em 1886, um contingente de 24.325 escravos, número que, segundo matrícula geral, encerrada em 30/3/1887, diminui para 16.888 ou, segundo outros, 16.875. De acordo com a matrícula geral de 30/3/1887 dos 16.888 escravos existentes, 1.274 viviam na área urbana e 15.617 na área rural, sendo 8.153 homens, 8.735 mulheres, 14.547 solteiros, 1.878 casados e 463 viúvos. Não surpreende, nas estatísticas, o número de solteiros. Escravos e escravas, à margem da sociedade oficial, não eram levados ao casamento, pois mantinham entre eles relações sexuais, e, no caso das escravas, elas ainda faziam o sexo com seus senhores e outros "brancos". Há a "amigação", ainda hoje não de todo desusada. O casamento civil obrigatório só foi introduzido com a Constituição Federal de 24/2/1891, o que prova, em face da lei, a existência — na sociedade brasileira e sergipana — de escandalosa quantidade de filhos ilegítimos — naturais e espúrios. Isso, aliás, não ocorria apenas entre os negros.

Entre 1874 e 1884 o declínio da população escrava foi de 21,4%, o menor do Nordeste, com exceção da Bahia (19,7%). De acordo ainda com documen-

SERGIPE – CENSO DEMOGRÁFICO – 1872

Município	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	Branco	Pretos e Pardos	Branca	Pretas e Pardas	
Aracaju	1.275	1.164	1.056	1.459	4.954
Socorro	563	910	680	877	3.030
Laranjeiras	2.634	4.431	2.810	1.738	11.613
Maruim	851	1.481	1.122	1.664	5.118
Divina Pastora	467	1.003	540	1.113	3.123
Pé do Banco (Siriri)	652	847	617	896	3.012
Propriá	3.242	4.812	3.283	5.581	16.918
Porto da Folha	1.508	2.116	1.096	2.734	7.454
Japaratuba	323	2.083	549	1.803	4.758
São Cristóvão	566	1.961	512	1.974	5.013
Itaporanga	1.323	2.688	381	2.255	6.647
Itabaianinha	1.006	3.362	917	3.208	8.493
Geru	148	326	136	400	1.010
Campos (Tobias Barreto)	736	1.342	914	1.270	4.262
Lagarto	1.611	2.677	1.767	3.117	9.172
Santa Luzia	297	1.687	315	1.925	4.224
Estância	2.114	1.722	2.541	2.168	8.545
Araúá	933	1.306	943	1.564	4.746
Buquim	703	1.530	541	1.806	4.580
Riachão	441	3.113	534	2.356	7.444
Santo Amaro	481	1.471	535	1.542	4.029
Rosário	326	2.052	395	2.529	5.302
Vila Nova (Neópolis)	847	2.085	851	1.072	5.855
Simão Dias	1.541	2.408	1.631	2.405	7.985
Espírito Santo (Indiaroba)	743	2.207	754	2.119	5.823
TOTAL	25.331	50.794	25.420	49.575	151.120

Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe

to do Ministério da Agricultura, o declínio entre junho de 1885 e maio de 1887, atingiu na província, 30,2%, inferior a Alagoas (39,0%), Bahia e Piauí (42,1%), Pernambuco (43,1%) e Paraíba (49,8%).

O declínio da população escrava pouco deve à generosidade dos seus donos, tanto assim que muitos deles, independente da sua condição social, quando concediam, voluntariamente, liberdade a seus escravos, os conservavam em sua companhia. Tomando-se como referência 1887, quando Sergipe, de acordo com a matrícula do ano, possuía 16.888 cativos, foram libertados por seus senhores,

entre março e dezembro, apenas 145 escravos. Atribui-se o declínio da população escrava à exportação, muito mais, por exemplo, do que às Leis nº 2.050, de 28/9/1871 (Ventre Livre) e nº 3.270, de 28/9/1885 (Sexagenários), diplomas "complexos, retrógrados", que eram mais desencargo de consciência dos escravistas do que instrumentos efetivos da libertação do negro escravizado. O Fundo de Emancipação, previsto no art. 3º da Lei nº 2.040 e no art. 2º da Lei nº 3.270, por sinal aplicado regularmente, não contribuiu de forma significativa para o declínio considerado. O Fundo era do Império, sujeito, em consequência, aos interesses e conveniências das autoridades centrais.

O primeiro Censo da República, em 1890, encontra a população sergipana com 48,99% de mestiços, 29,72% de brancos, 14,77% de pretos e 6,52% de caboclos; pretos e mestiços, representando, obviamente, 63,76% do total da população. Sergipe aparece com uma das mais altas "misturas" raciais ou étnicas do País, o que, ainda hoje, é fácil de constatar. É de se admitir a existência no Estado, de contingente e mitigada democracia racial, a qual, na cama, no mato ou no chão, nasceu de baixo para cima, feita de gente, cheirando a povo. Sem embargo do exagero ou ironia só o sexo, em Sergipe, tinha função democrática, efeito democratizador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BONFIM, Manoel. *O Brasil*, São Paulo, Editora Nacional, 1940, p. 212
- 2 BONFIM, Manoel. Obra citada, p. 229
- 3 BONFIM, Manoel. Obra citada, p. 198
- 4 BONFIM, Manoel. Obra citada, p. 191
- 5 FREITAS, Décio. *Palmares*, Porto Alegre, Editora Movimento, 1973, p. 17
- 6 SIMONSEN, Roberto. Citado por José Truda Palazzo — *Estudos de Economia Internacional*, Porto Alegre, Livraria Sulista Editora, 1964, v. 1 pp. 192 e 217
- 7 AMARAL, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira*, São Paulo, Editora Nacional, 1946, v. II p. 61
- 8 PÉLICO FILHO, Sylvio. *Brasil Açúcar*. Instituto do Açúcar e do Alcool, 1972, pp. 51 e 58.
- 9 CALMON, Pedro. *História do Brasil*, São Paulo, Editora Nacional, 1951, v. I p. 389
- 10 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 125
- *
12 ALMEIDA PRADO, J. G. *A Bahia e as Capitânicas do Centro do Brasil*, São Paulo, Editora Nacional, 1948, v. II, p. 141.
- 13 BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas*, Aracaju, Livraria Monteiro, 1950, p. 48

* A nota 11, falta

- 14 FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*, Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, 1891, p. 212.
- 15 ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *A Barra de Cotinguiba e o Açúcar*, Universidade Federal de Sergipe, 1973, p. 10.
- 16 ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Obra citada, p. 23
- 17 ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Obra citada, p. 11
- 18 Relatório do Presidente Evaristo Ferreira da Veiga à Assembléia Legislativa Provincial, 1/3/1869
- 19 FREIRE, Felisbello. Obra citada, p. 204
- 20 SOUZA, Marcos Antonio de. *Memórias sobre a Capitania de Sergipe*, Tipografia do Jornal do Commercio.
- 21 RODRIGUES, José Honório. *Revolução e Contra-Revolução*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1975, v. 2, pp. 175/176.